

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
(ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO)
(Conforme capítulo III Das Definições, inciso XXIII Art. 6, Lei 14.133/2021)

Demandante: **Fundo Municipal de Educação de São Valério/TO**
Responsável: **Maria Nelcilene Araújo Reis**

1. INTRODUÇÃO

1.1. Este Termo de Referência foi elaborado em cumprimento ao disposto capítulo III Das Definições, inciso XXIII, Art. 6, Lei 14.133/2021, e será parte integrante do processo administrativo.

1.2. Ao Fundo Municipal de Educação de São Valério, pretende adquirir material pedagógico, para manutenção das atividades do Fundo Municipal de Educação de São Valério/TO, conforme especificações deste termo de Referência, com observância do disposto na Lei nº 14.133/2021, e nas demais normas legais e regulamentares.

1.3. O presente Termo de Referência objetiva propiciar a caracterização do objeto a ser solicitado, no tocante à cotação de preços praticados no mercado, às especificações técnicas e prazo de execução.

2. OBJETO:

2.1. Aquisição de material pedagógico, para manutenção das atividades do Fundo Municipal de Educação de São Valério/TO.

2.2. ESPECIFICAÇÕES/QUANTIDADES E REGIME DE EXECUÇÃO

Item	Descrição	Unid.	Quant.
1	PAPEL SULFITE A4 10X1	CX	60
2	BOBINA PAPEL RE-KRAFT 080G 060 CM X 150M FSC RECIC	UND	3
3	EVA LISO	UND	500
4	EVA GLITTER 40X48	UND	400
5	TNT LISO 50 M	UND	24
6	CARTOLINA 150 GR/M2 50X60	UND	300
7	PAPEL CARTAO 48 CM X 66 CM	UND	100
8	PINCEL P/QD BCO PILOT BOARD MASTER RECAR AZ	UND	120
9	PINCEL P/QD BCO PILOT RECAR PT BOARD MASTER	UND	120

10	PINCEL P/QD BCO PILOT RECAR VM	UND	120
11	REFIL Q BCO PILOT BOARD MASTER AZUL	UND	180
12	CADERNO BROCH. UNIV. COST. C/D 96 FLS LIFT VERDE C	UND	300
13	CADERNO BROCH. UNIV. COST. C/D 48 FLS LIFT PRETO C	UND	300
14	PAPEL VERGE 180g/m 50fls	CX	20
15	COLA ISOPOR 90 G	UND	120
16	TINTA GUACHE 250 G	UND	72
17	BAMBOLE COLORIDO - 60 CM DIAMETRO	UND	20
18	FITA EMP.TRANSPARENTE 45X45	UND	80
19	PASTA TRANSP FINA ELAST OFICIO	UND	100
20	PASTA TRANSP ABA 3CM	UND	100
21	PASTA CAT.100EN.FINO	UND	30
22	LAPIS COR MULTICOLOR 12	UND	200
23	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO C/ DEPOSITO	UND	60
24	LAPIS PRETO MULTI COLOR 144X1	CX	60
25	TESOURA ACO 21CM USO GERAL	UND	60
26	ENVELOPE OURO 229X324	UND	500
27	PAPEL FOTO MASTERPRINT 180G A4 - COM 50	CX	15
28	BORRACHA BRANCA 40	CX	40
29	CESTO ORGANIZADOR C/TAMPA 39X29X14 QUADRATA R	UND	12
30	TROFEU DIVERSO	UND	10
31	TESOURA ESCOLAR	UND	300
32	CANETA BIC CRISTAL AZUL 50X1	UND	12
33	BLOCO ADESIVO 75X100MM AMARELO 90FLS	UND	50
34	06 JOGOS CLASSICOS - TOP LINE DAMA LUDO XADREX TR	UND	6
35	DOMINO PLASTICO PINTADO 01	UND	24
36	XADREZ/TRILHA GRANDE - UN - 1X1	UND	30
37	COLA BRANCA MAXI 90 G 12X1	CX	12
38	TONER COMP. COM BROTHER TN217 BK 3K	UND	20
39	TONER COMPATIVEL C/ TN880/3470/3472 12K	UND	15
40	KIT CLINDRO COMPATIVEL C/ DR3470/3472 DR 850	UND	12

41	CILINDRO COMPATIVEL DR TN 217/213	UND	12
----	-----------------------------------	-----	----

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA

(Lei 14.133/21, art. 18º, § 1º, inciso V, Art. 43 incisos III, Art. 170 e Art. 6 incisos XXIII alínea e)).

3.1 Em face da necessidade de aquisição de material pedagógico, a atender as necessidades do Fundo Municipal de Educação de São Valério, bem como, manter os serviços públicos em níveis aceitáveis ao funcionamento dos trabalhos, para o cumprimento de sua finalidade com eficiência, continuidade e economia.

3.2 A futura aquisição dos materiais se faz necessária para a manutenção das atividades administrativas a serem realizadas pelas escolas, unidades de ensino, creches, com vistas a uma prestação de serviços ágil, adequada e principalmente funcional.

3.3 Assim, o objetivo deste procedimento é a manutenção das atividades corriqueiras com o suprimento de material pedagógico necessário e de estoque no atendimento às mais variadas demandas, afim de que a Administração sofra com o desabastecimento do objeto e a descontinuidade em sua atividade.

3.4 Além disso, a presente aquisição será utilizados para atendimentos as atividades diárias realizadas nas escolas, creches, secretaria de educação. No mais, a contratação tem em vista a reposição do estoque do almoxarifado, sem a qual poderá prejudicar as atividades desenvolvidas pela secretaria de educação. Tais materiais serão utilização nas funções administrativas desenvolvidas por esse órgão.

3.5 Considerando há motivação para adquirir os materiais, tem por finalidade atender às necessidades do Fundo Municipal de Educação de São Valério. Logo, a contratação em comento é consubstanciada na necessidade de realização das atividades essenciais. Pois, os materiais são necessários/básicos dentro dos setores, que em sua maioria são utilizados para dar agilidade aos processos administrativos devido a crescente demanda dos serviços pertinentes a impressão de documentos; para os diversos setores da educação. Destaca-se que a falta destes materiais pode causar risco de interrupção dos serviços de utilidade pública diretamente relacionados à contratação do objeto. Deste modo, a realização do referido processo e, conseqüentemente a possível contratação do objeto pretendido, busca atender ao princípio constitucional indisponível da satisfação do interesse público, afim de garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a prestação dos serviços públicos oferecidos à municipalidade.

3.6 Assim sendo, justifica-se a presente aquisição devido a necessidade de fornecer material didático adequado para utilização dos professores e alunos melhorando assim a qualidade do ensino e aprendizagem das Escolas do Município. Portanto, a aquisição de material didático faz-se necessária uma vez que é um instrumento que promove o desenvolvimento dos alunos atendidos pela Rede Pública de Ensino do Município.

3.1. A motivação melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem das Escolas do Município.

3.1.1. A escolha dos critérios de qualidade estabelecidos no presente Termo de Referência tem por basea incessante busca da Administração pela contratação da proposta mais vantajosa. Segundo a doutrina especializada, proposta mais vantajosa é aquela que oferece a melhor qualidade pelo menor preço.

3.2. O objetivo promover o desenvolvimento dos alunos atendidos pela Rede Pública de Ensino do Município.

3.3. RESULTADO ESPERADO:

- Manter os trabalhos administrativos, operacionais e rotineiros nas escolas, dando continuidade ao serviço público aceitável.
- Atender todas as demandas de materiais de expedientes, no suporte à atividade pedagógica dessas unidades
- Assegurar a continuidade da prestação de tais serviços, e do uso racional dos recursos financeiros.
- Atender ao princípio da economicidade, cuja meta é a obtenção da melhor relação custo-benefício possível de materiais de pedagógico em recursos financeiros, econômicos e administrativos possa alcançar, permitindo assim que os serviços sejam realizados de forma rápida, econômica e sustentável.
- Viabilizar a execução das rotinas administrativas, garantindo a continuidade dos serviços.
- Garantir que todos os alunos tenham acesso a materiais escolares de qualidade, de forma igualitária.
- Garantir, através da dispensa de licitação, o **MENOR VALOR POR ITEM**.

4. METODOLOGIA

(Lei Nº 14.133/93, Art. 75, inciso II, Art. 81 § 3)

4.1. A presente contratação será realizada por meio do disposto na legislação vigente concernente às contratações públicas, em especial a Lei Federal Nº 14.133/21, Art. 75, inciso II, bem como normatizar, disciplinar e definir os elementos que nortearão a prestação de serviços.

5. DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO:

5.1 A modalidade para a contratação do objeto deste Termo de Referência será processada na modalidade **Dispensa de Licitação** conforme Art. 75 inciso II da Lei 14.133/21.

6. O CONCEITO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS:

De acordo com o art. 6º inciso XIII da Lei nº 14.133/2021, a definição de bens e serviços comuns é: *“aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”*.

7. GARANTIAS EXIGIDAS:

7.1 A contratação deverá atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle e fiscalização - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições do art. 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994)

VIII - colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro);

8. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

8.1 APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA;

8.1.1 DESCRIÇÃO: Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação dos serviços fim do município de São Valério, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública.

8.1.2. Envolve estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos equipamentos e órgãos, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados no orçamento.

8.1.3. Assim sendo, a contratação pretendida está em conformidade com o aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira, de forma mais econômica e eficiente.

8.2 A necessidade da presente contratação encontra-se respaldada na construção do Plano Plurianual 2022-2025 do Município de São Valério - TO, que tem como missão, garantir direitos para realizar os trabalhos fins, em especial aos objetivos estratégicos abaixo citados:

- Garantir o atendimento acessível, acolhedor e resolutivo;
- Promover a celeridade e qualidade na prestação dos serviços;
- Prover estrutura física segura, acessível, sustentável e flexível.

9. ESPECIFICAÇÕES GERAIS

Os materiais solicitados deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO, etc. - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art 39, VIII, da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

É possível observar, diante das especificações contidas neste Termo de Referência que o objeto almejado possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante especificações usuais adotadas no mercado, de forma a permitir aos potenciais fornecedores do ramo de atividade compatível com o objeto da licitação condições de ofertarem suas propostas.

10. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

10.1. Os materiais deverão ser **novos** e de boa qualidade, originais de fábrica e **entregues** acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, devendo estar acondicionados e embalados conforme procedimentos do fabricante, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento, com indicação do material contido, volume, data de fabricação bem como demais informações exigidas na legislação em vigor, para posterior verificação da sua conformidade com as especificações e requisitos contidos na proposta.

10.2 - A empresa contratada procederá a entrega de todos os materiais.

- 10.3. Os materiais, objeto desta licitação, deverão estar disponíveis para início do fornecimento a partir da data de assinatura do contrato.
- 10.4. Substituir imediatamente os materiais que não estiverem em condições de uso, ou deteriorados, sem qualquer ônus para ao Fundo Municipal de Educação de São Valério.
- 10.5. Custear todas as despesas decorrentes dos fornecimentos, arcando com todos os tributos, taxas e licenças municipais, estaduais e federais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre as mesmas, bem como todas as despesas gerais, diretas ou indiretas.
- 10.6. Acatar e facilitar a ação da fiscalização do Fundo Municipal de Educação de São Valério, cumprindo as exigências da mesma.
- 10.7. Aceitar os métodos e processos de acompanhamento, verificação e controle adotados pelo gerenciamento.
- 10.8. Responsabilizar-se pelo transporte dos materiais, de seu estabelecimento até o local determinado pelo FME de São Valério, bem como pelo seu descarregamento.
- 10.9. Ressarcir todas as multas, indenizações ou despesas impostas ao Fundo Municipal de Educação de São Valério por autoridade competente, em decorrência do descumprimento do contrato, de lei ou regulamento aplicável à espécie, por parte da Contratada.
- 10.10. Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto desta licitação, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo órgão licitante.
- 10.11. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao Fundo Municipal de Educação de São Valério ou a terceiros.
- 10.12. Manter rigoroso controle de qualidade sobre os materiais fornecidos e, no caso de constatação de culpa, a CONTRATADA responderá civilmente por perdas e danos junto ao órgão licitante ou terceiros prejudicados, sem prejuízo das sanções criminais pertinentes.
- 10.13. Fornecer os materiais, objeto deste contrato, em sintonia com o preconizado neste procedimento.
- 10.14. Comunicar ao Fundo Municipal de Educação de São Valério a qualquer tempo, toda anormalidade, prestando os esclarecimentos pertinentes e providenciando a devida correção;
- 10.15. Não transferir a outrem, o objeto desse termo.
- 10.16. Manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação.

11 - LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS MATERIAIS

11.1. A empresa fica obrigada a entregar os materiais, quando solicitados, nas condições estabelecidas neste Termo.

11.2. O local para entrega dos materiais serão entregues no Almoxarifado Central do Fundo Municipal de Educação de São Valério, sito á Avenida Tocantins, nº 735-A – Centro, SÃO VALÉRIO DA NATIVIDADE. CEP: 77.390-000, em horário de funcionamento da repartição.

11.3. A entrega será efetuada no prazo máximo de 07 (sete) dias corridos mediante solicitações via ordem de fornecimento, após requisição, de acordo com as necessidades públicas.

11.4. Transportar os materiais em embalagens adequadas, responsabilizando-se pela qualidade das embalagens e pelos danos resultantes de imperfeições das mesmas.

12. RECEBIMENTO DO MATERIAL

12.1. O recebimento do material será feito no Almoxarifado Central do Fundo Municipal de Educação de São Valério ou por pessoa designada para este fim e obedecerá ao seguinte trâmite:

- a) O fornecedor dirigir-se-á ao local de entrega, munido da Nota Fiscal.
- b) O responsável de posse dos documentos apresentados pelo fornecedor, receberá o material para verificação de especificações, quantidades, preços, prazos e outros pertinentes.

12.2. Encontrando irregularidades fixará o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, ao fornecedor, para correção.

- b- Em caso de irregularidade não sanada pelo fornecedor, a Comissão reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará ao órgão competente, para aplicação de penalidade.

12.3. Em nenhuma hipótese será admitido o recebimento diverso do objeto comprado ou com qualquer diferença das exigências e propostas contidas no termo de referencia.

12.4. Os materiais somente serão recebidos se acompanhados do documento fiscal pertinente, emitido nos valores e descrições indicados na Nota de Empenho.

12.5. O recebedor rejeitará o fornecimento que estiver em desacordo com o Termo de Fornecimento.

12.6. Ainda que recebido em caráter definitivo, subsistirá, na forma da lei, a responsabilidade da Contratada, pela qualidade, perfeição e especificação dos materiais fornecidos.

12.7. O material, mesmo depois de aceito, fica sujeito à substituição, desde que comprovada a pré-existência de defeitos, má fé por parte da Contratada, condições inadequadas de transporte, bem como alterações da estabilidade dentro do prazo de validade, que comprometam a integridade do produto.

13. ENCARGOS

As despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto, correrão por conta exclusiva da contratada.

14. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

14.1 O Critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**

14.2 Na elaboração de sua proposta, os participantes deverão computar todos os custos relacionados com o objeto da contratação, sejam os mesmos relacionados a pessoal ou despesas de natureza tributária, trabalhistas, e previdenciária, bem como, alimentação, hospedagem, transporte, dentre os outros, ficando esclarecido que ao Fundo Municipal de Educação de São Valério não admitirá qualquer alegação posterior que vise a ressarcimento de custos não considerados nos preços oferecidos.

14.3 As características do objeto de forma clara e precisa, observadas as especificações constantes nesse Termo de Referência.

14.4 Serão desclassificadas propostas com preços irrisórios e/ou inexequíveis, cabendo o Fundo Municipal de Educação à faculdade de promover verificações ou diligências que se fizeram necessárias, objetivando a comparação da regularidade da cotação ofertada;

14.5 Será julgada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR PREÇO POR ITEM** dos materiais, devendo o valor proposto incluir todos os custos diretos e indiretos pertinentes, cumprindo todos os requisitos técnicos previstos no Termo de Referência.

15 FISCALIZAÇÃO:

15.1 O acompanhamento e fiscalização da execução do futuro Contrato será efetuado pelo servidor designado pelo Prefeito Municipal, de acordo com as condições constantes no Contrato, observando-se no que couber ao fiscal, às obrigações elencadas no Termo de Referência, bem como as disposições do art. 117 da Lei 14.133/2021.

15.2 O Fiscal do Contrato, quando verificar problemas no nível de qualidade dos materiais, deverá intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da fornecimento do objeto à qualidade exigida, no tocante de suas atribuições.

15.3 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros por qualquer irregularidade, ou ainda, resultante de imperfeições técnicas ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o artigo 120 da Lei 14.133/2021.

16. DA ACEITAÇÃO DOS MATERIAIS

16.1 A recepção dos materiais não implica na sua aceitação definitiva, porquanto dependerá da verificação do resultado satisfatório quanto à qualidade, aferido pela Contratante mediante comprovação (documento assinado pelo fiscal do contrato), obrigando-se a Contratada a:

16.2 Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e refazer, prioritária e exclusivamente, às suas custas e riscos, bem assim os executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições, decorrente de culpa da empresa fornecedora dos produtos.

17. DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

17.1. As partes declaram-se sujeitas às normas previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e futura alterações e, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado, bem como, pelas cláusulas e condições do respectivo termo de referência e do futuro Contrato.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- A Contratada deverá cumprir rigorosamente as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, Normas Regulamentadoras - NR, Normas de Medicina e Segurança do Trabalho sendo obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência.
- A Contratada deverá permitir o acompanhamento da entrega do objeto pelo fiscal do Contrato.
- Não transferir a terceiros, total ou parcial o fornecimento sem a previa e expressa anuência da CONTRATANTE;
- A Contratada deverá comunicar ao Fundo Municipal de Educação de São Valério qualquer anormalidade constatada e prestar esclarecimentos solicitados.
- A Contratada deverá responsabilizar-se, por todo e qualquer dano ou prejuízo causados por seus empregados, (representantes ou prepostos), direta ou indiretamente, à Contratante ou a terceiros, inclusive aos decorrentes do fornecimento com vícios ou defeitos, mesmo expirado o vencimento do contrato;
- Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de validade.
- Executar o objeto de acordo com as condições, prazo, especificações qualitativas e quantitativas estipulados neste Termo de Referência;
- Remover, reparar, corrigir, refazer ou substituir a suas expensas, no todo ou em parte, os materiais no qual forem constatados falha, defeito, incorreção ou qualquer dano, imediatamente.
- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art.116, da lei nº 14.133, de 2021);
- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da lei nº 14.133, de 2021;
- Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.
- O contratado se obriga a fornecer os produtos de acordo com as especificações constantes de sua proposta, obedecendo, rigorosamente, no prazo de entrega, estão de conformidade

com o termo de referência.

- Executar o fornecimento pactuado, de conformidade com os parâmetros delineados em propostas apresentadas e aos rigores previsíveis em normas de regência
- Executar o contrato de acordo com as determinações do contratante, através do órgão competente.
- Proceder à substituição do pessoal, quando necessário, que por qualquer motivo fique impossibilitado de realizar os fornecimentos.
- Responsabilizar-se por danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, ou por seu empregado ou preposto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.
- Cientificar o Fundo Municipal de Educação de São Valério do andamento do fornecimento, quando for o caso
- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da lei nº 14.133, de 2021;
- Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

19. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- Contratante se obriga a efetuar o pagamento nas condições e prazos avençados;
- A Contratante reserva-se no direito de suspender ou resilir, a qualquer tempo, o fornecimento do objeto deste contrato, sem qualquer ônus ou indenização;
- A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo contrato com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- Designar um servidor credenciado para acompanhar e fiscalizar o objeto deste instrumento;
- Não permitir a execução do fornecimento em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.
- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o instrumento convocatório e seus anexos.
- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no instrumento convocatório.

20. MEDIDAS ACAUTELADORAS

20.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

21. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO

21.1. A execução do presente contrato e aos casos omissos aplicam-se as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e suas alterações.

22. DA SUBCONTRATAÇÃO

a. Não será admitida a subcontratação do objeto sem a prévia autorização do Contratante.

23. DA GESTÃO DO CONTRATO

23.1 A Gestão Operacional, objeto deste contrato será exercida pela Secretaria Municipal de Administração de São Valério, que terão poderes para:

- 23.1.1 Transmitir à Contratada as determinações que julgarem necessárias;
- 23.1.2 Recusar o fornecimento realizado em desacordo com este instrumento contratual;
- 23.1.3 Notificar a Contratada pela inexecução parcial ou total do presente contrato.

24. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO:

a. O Instrumento Contratual vigorará por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme Artigo 107, da Lei nº 14.133/2021.

b. O Contrato terá seu Extrato publicado no Diário Oficial do Município de São Valério/TO, conforme Artigos 94 da Lei nº 14.133/2021.

25. DO PRAZO DE EXECUÇÃO E PUBLICIDADE

a. O Prazo de início de execução do contrato é de 02 (dois) dias úteis, a contar da data da assinatura do contrato. Não podendo ser prorrogado;

b. O Contrato terá seu extrato publicado no Diário Oficial do Município de São Valério/TO, conforme Lei nº. 14.133/2021.

26. - DA RECISÃO CONTRATUAL

26.1 O Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, aos moldes e nos casos enumerados nos artigos 137, 138, 139 e 104, inciso II, todos da Lei 14.133/21.

26.2 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

26.3. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceitua a Lei 14.133/2021 e suas alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

28 - DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

28.1. O objeto contratado poderá ser aumentado ou reduzido em até 25%(vinte e cinco por cento), nos termos do art.125, da Lei nº 14.133/2021.

29 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

29.1. A despesa com a presente contratação correrá a conta da seguinte Dotação Orçamentária:

PROGRAMA:

12.122.0404.2.40/12.361.122.2.042/12.365.1223.2.047/12.365.1223.2.048/12.365.1223.2.091/12.361.1224.2.043/12.365.1224.2.050/

ELEMENTO: 3.3.90.30

FONTE 1.543.0000.000000/1.542.0000.000000/1.569.0000.000000/1.500.1001.00000/1.550.0000.000000

30. DO PAGAMENTO

30.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto, conforme este Termo de Referência

30.2 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133/21, deverão ser efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

30.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

30.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

30.5 É vedado o pagamento, a qualquer título, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

31. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Conforme os Artigos 155 e 156, da Lei nº 14.133/2021

Conforme Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

31.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

31.1.1 der causa à inexecução parcial do contrato;

31.1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

31.1.3 der causa à inexecução total do contrato;

31.1.4 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação

sem motivo justificado;

31.1.5 apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

31.1.6 praticar ato fraudulento na execução do contrato;

31.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

31.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

31.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- IV. Multa:**
- (1) *moratória de 02% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;*
 - (2) *moratória de 02% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*
 - a. *O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*
 - (3) *compensatória de 10% (dez décimos por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do contrato.*

31.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

31.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

32.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

32.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente

(art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

32.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

31.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

31.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

32 DAS PRERROGATIVAS

Art. 104. Lei 14.133/21 O regime jurídico dos contratos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, as prerrogativas de:

- I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;
- II - extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;
- III - fiscalizar sua execução;
- IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

33. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

33.1 A **CONTRATADA(O)** deverá observar para que durante toda a vigência do contrato, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, conforme Art. 62 da Lei nº. 14.133/21 e alterações posteriores.

34. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

- a. As exigências de habilitação jurídica de regularidade fiscal, trabalhista e capacidade técnica são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado na contratação.
- b. Será analisada e escolhida a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**.
- c. Para fins de contratação a empresa deverá apresentar os documentos elencados a seguir.

Pessoa Jurídica:

- a)** Cédula de Identidade e CPF do (s) sócio (s);
- b)** Registro comercial, no caso de firma individual;
- c)** Certificado de Micro - empreendedor Individual - MEI
- d)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes, (Caso não esteja com a última alteração CONSOLIDADA), em se tratando de Sociedade Comercial, e no caso de sociedade por ações acompanhadas da ata arquivada da assembleia da última eleição da diretoria;

34.1 FISCAL E TRABALHISTA:

- a)** **Certidão Negativa de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União**, emitida pela Secretaria da receita Federal; esta certidão, válida para o estabelecimento matriz e suas filiais, refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.
- b)** Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de **Débito Estadual**;
- c)** Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de **Débito Municipal** do domicílio ou sede da futura contratada, ou outra equivalente na forma da Lei;
- d)** Certidão Negativa, expedida pela Caixa Econômica Federal, com a finalidade de comprovar a inexistência de débitos junto aA Secretaria de Garantia por tempo de serviço - **FGTS**; instituídos por lei. Lei 8036 de 1990, Art. 27, a.
- e)** Prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT**, emitida através do site www.tst.jus.br/certidão, de acordo com a Lei nº 12.440, de 07/07/2011, ou outra que tenha a mesma comprovação na forma da lei;
- f)** **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica/Tribunal de Contas da União** (Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos / Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade / Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas / Cadastro Nacional de Empresas Punidas). <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei

nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

- g)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica (CNPJ);
- h)** Atestado de Capacidade Técnica
- i)** Declaração Conjunta
- j)** Declaração de inexistência de vínculo de parentesco
- k)** Declaração que não emprega menores em trabalho noturno, perigoso ou insalubre (Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal)

35. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

(art. 23, inciso IV da Lei nº 14.133/2021)

35.1 A estimativa do valor da contratação serviu como base/critério para escolha da

modalidade de licitação.

35.2 Do valor estimado da contratação:

MAPA ESTIMADO					
ITEM	UND.	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	MÉDIA	
				VALOR MÉDIO	VL. TOTAL
1	CX	60	PAPEL SULFITE A4 10X1	R\$ 220,04	R\$ 13.202,20
2	UND	3	BOBINA PAPEL RE-KRAFT 080G 060 CM X 150M FSC RECIC	R\$ 137,70	R\$ 413,09
3	UND	500	EVA LISO	R\$ 1,47	R\$ 733,33
4	UND	400	EVA GLITTER 40X48	R\$ 3,99	R\$ 1.596,00
5	UND	24	TNT LISO 50 M	R\$ 89,53	R\$ 2.148,72
6	UND	300	CARTOLINA 150 GR/M2 50X60	R\$ 0,99	R\$ 296,00
7	UND	100	PAPEL CARTAO 48 CM X 66 CM	R\$ 1,36	R\$ 136,33
8	UND	120	PINCEL P/QD BCO PILOT BOARD MASTER RECAR AZ	R\$ 11,56	R\$ 1.386,80
9	UND	120	PINCEL P/QD BCO PILOT RECAR PT BOARD MASTER	R\$ 11,56	R\$ 1.386,80
10	UND	120	PINCEL P/QD BCO PILOT RECAR VM	R\$ 11,56	R\$ 1.386,80
11	UND	180	REFIL Q BCO PILOT BOARD MASTER AZUL	R\$ 4,82	R\$ 867,00
12	UND	300	CADERNO BROCH. UNIV. COST. C/D 96 FLS LIFT VERDE C	R\$ 7,28	R\$ 2.183,00
13	UND	300	CADERNO BROCH. UNIV. COST. C/D 48 FLS LIFT PRETO C	R\$ 5,06	R\$ 1.517,00
14	CX	20	PAPEL VERGE 180g/m 50fls	R\$ 14,51	R\$ 290,27
15	UND	120	COLA ISOPOR 90 G	R\$ 7,62	R\$ 914,40
16	UND	72	TINTA GUACHE 250 G	R\$ 7,58	R\$ 546,00
17	UND	20	BAMBOLE COLORIDO - 60 CM DIAMETRO	R\$ 19,23	R\$ 384,60
18	UND	80	FITA EMP.TRANSPARENTE 45X45	R\$ 4,80	R\$ 384,00
19	UND	100	PASTA TRANSP FINA ELAST OFICIO	R\$ 2,21	R\$ 221,33
20	UND	100	PASTA TRANSP ABA 3CM	R\$ 4,46	R\$ 446,00
21	UND	30	PASTA CAT.100EN.FINO	R\$ 24,32	R\$ 729,45
22	UND	200	LAPIS COR MULTICOLOR 12	R\$ 6,42	R\$ 1.284,00
23	UND	60	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO C/ DEPOSITO	R\$ 11,14	R\$ 668,60
24	CX	60	LAPIS PRETO MULTI COLOR 144X1	R\$ 74,32	R\$ 4.459,40
25	UND	60	TESOURA ACO 21CM USO GERAL	R\$ 10,86	R\$ 651,40
26	UND	500	ENVELOPE OURO 229X324	R\$ 0,40	R\$ 198,33
27	CX	15	PAPEL FOTO MASTERPRINT 180G A4 - COM 50	R\$ 39,80	R\$ 596,93
28	CX	40	BORRACHA BRANCA 40	R\$ 19,59	R\$ 783,73
29	UND	12	CESTO ORGANIZADOR C/TAMPA 39X29X14 QUADRATTA R	R\$ 55,75	R\$ 669,00
30	UND	10	TROFEU DIVERSO	R\$ 97,75	R\$ 977,50
31	UND	300	TESOURA ESCOLAR	R\$ 2,80	R\$ 840,00
32	UND	12	CANETA BIC CRISTAL AZUL 50X1	R\$ 69,63	R\$ 835,52
33	UND	50	BLOCO ADESIVO 75X100MM AMARELO 90FLS	R\$ 3,28	R\$ 164,17
34	UND	6	06 JOGOS CLASSICOS - TOP LINE DAMA LUDO XADREX TR	R\$ 89,40	R\$ 536,40
35	UND	24	DOMINO PLASTICO PINTADO 01	R\$ 12,25	R\$ 294,00
36	UND	30	XADREZ/TRILHA GRANDE - UN - 1X1	R\$ 70,09	R\$ 2.102,80
37	CX	12	COLA BRANCA MAXI 90 G 12X1	R\$ 27,75	R\$ 332,96
38	UND	20	TONER COMP. COM BROTHER TN217 BK 3K	R\$ 59,90	R\$ 1.198,00

39	UND	15	TONER COMPATIVEL C/ TN880/3470/3472 12K	R\$ 59,90	R\$ 898,50
40	UND	12	KIT CLINDRO COMPATIVEL C/ DR3470/3472 DR 850	R\$ 54,50	R\$ 654,00
41	UND	12	CILINDRO COMPATIVEL DR TN 217/213	R\$ 59,90	R\$ 718,80
VALOR TOTAL R\$ 50.033,16 (Cinquenta mil, trinta e três reais e dezesseis centavos).					

37 -PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO

O presente fornecimento está previsto no Plano Anual de Contratações. A contratação alinha-se com o planejamento de ações, além de a despesa ter adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentaria Anual e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentarias e foram observadas, previamente, todas as prescrições constantes do art. 16, inciso I e 11, e § 1º incisos I e 11 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e o art. 72, inciso IV da Lei nº 14.133/21.

38. DISPOSIÇÕES GERAIS:

38.1 Este termo de referência deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta (orçamento), não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos;

38.2 É facultada a comissão de licitação ou Autoridade Superior, em qualquer fase do processo, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no processo administrativo;

38.3 Fica assegurado ao Fundo Municipal de Educação mediante justificativa motivada o direito de, a qualquer tempo e no interesse da Administração, anular a futura contratação.

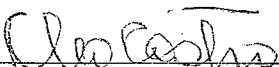
38.4 Os Proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados no processo administrativo;

38.5 Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente termo de referência, deverá ser encaminhado, por escrito ou pessoalmente ao agente de contratação do Fundo Municipal de Educação de São Valério - TO.

39. DO FORO

39.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Peixe/TO, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do futuro termo contratual, que não puderem ser resolvidas pelas Partes.

São Valério, 08 de Novembro de 2024.



Agente de Contratação
PORTARIA nº124/2021